

• Política

LEGISLATIVO

Autoconvocação do Congresso para votação do orçamento e "impeachment"

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O Congresso Nacional começa a cumprir, efetivamente, nesta segunda-feira a pauta de trabalhos da segunda convocação extraordinária deste final de ano, que prevê a votação do "impeachment" e a continuação da discussão da proposta orçamentária da União para 1993. Essa nova convocação do Legislativo estava prevista para ter início oficialmente na sexta-feira, dia 25, em sessão solene que seria presidida pelo senador Mauro

Benevides (PMDB/CE), e deve ser encerrada no próximo dia 31 de dezembro. Na Câmara e Congresso não estão previstas votações. Nas duas casas serão realizadas apenas sessões de debates. Os membros da Comissão Mista de Orçamento terão mais uma semana para adiantar a apreciação da proposta orçamentária da União, cuja votação em plenário ficou mesmo adiada para janeiro.

PROJETOS APROVADOS

Antes de encerrar, na semana passada, os traba-

lhos legislativos do ano, a Câmara promoveu um último esforço concentrado que permitiu a aprovação, na última terça-feira, de sete projetos: a lei orgânica dos partidos; o projeto de lei complementar que estabelece normas para a liberação dos fundos de participação; o projeto de lei que acaba com a contribuição sindical; o que regulamentava a carreira de apoio técnico-administrativo do Ministério Público da União; o que altera a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional; o que concede anistia a dirigentes sindicais por motivação política; o que cria cargos na carreira da Polícia Federal; e o que cria a Comis-

são Permanente de Prevenção, Fiscalização e Combate a drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes. Estes projetos serão submetidos à apreciação do Senado.

O colégio de líderes da Câmara ainda pretendia incluir na pauta de votações consensuais da semana passada o projeto de lei que institui a Advocacia-Geral da União e o que estabelece as regras para a realização do plebiscito sobre sistema de governo, marcado para o dia 21 de abril de 1993. Mas o PDT inviabilizou um acordo entre as lideranças partidárias. As duas matérias deverão ser incluídas na pauta de convocação extraordinária de janeiro.